

**GT 3. Classes sociais e transformações no mundo do trabalho**

A privatização das telecomunicações na Argentina e suas consequências para os trabalhadores

João de Almeida Rego Campinho*

Este trabalho está inserido em nossa pesquisa sobre as privatizações das empresas de telecomunicações no Brasil e na Argentina. O objetivo da pesquisa é traçar um quadro comparativo, entre os dois países, que analise centralmente: as mudanças nas relações e condições de trabalho durante e após os processos de privatização das empresas do setor; as reações e posições dos trabalhadores e dos sindicatos frente às mudanças; as estratégias e políticas empresariais durante o processo de transformações; e as consequências dessas transformações nos sindicatos.

Correspondendo ao andamento da nossa pesquisa, somente iremos tratar aqui do caso argentino, que temos como objetos de estudo: a estatal ENTEL, privatizada em 1990; a *Telefónica de Argentina*; e o Sindicato FOETRA Buenos Aires.

A privatização da ENTEL

Na década de 1990, a Argentina vivia um período de grandes modificações econômicas, sociais e políticas que trouxeram enormes

* Graduando em Ciências Sociais pela Unicamp. End. Eletrônico: joaocampinho@gmail.com

conseqüências para o mundo do trabalho e para os serviços públicos. Essas modificações foram acompanhadas e impulsionadas por políticas governamentais chamadas “neoliberais” que promoveram: a diminuição ou mesmo o fim das barreiras à circulação de capital e mercadorias; a precarização dos serviços públicos; a privatização das empresas estatais; a redução dos direitos sociais e trabalhistas; além de atacarem fortemente as organizações dos trabalhadores.

Na Argentina, apesar da política “neoliberal” ter se iniciado já durante a Ditadura Militar (1976-1983), foi no início dos governos democráticos que esta política passou a fazer parte importante da agenda governamental. Foi, então, nos dois governos de Menem (1989 -1999) que a aplicação da política neoliberal teve seu auge.

Com menos de 20 dias de governo foram aprovadas duas leis que iniciaram, já de maneira profunda, as reformas “neoliberais na Argentina”: a Lei de Reforma do Estado, que viabilizou as privatizações por meio de decretos presidenciais, autorizou a intervenção governamental nas empresas públicas e estabeleceu o *Programa de Propiedad Participada* (PPP), por meio do qual os trabalhadores estatais seriam convidados a participar das privatizações comprando ações das empresas privatizadas (BORON; THWAITES REY, 2004, p. 131-132), (PIERBATTISTI, 2008, p. 28-29), (SENEZ GONZALEZ, 1998: 200); e a Lei de Urgência Econômica que, principalmente, abriu a possibilidade de participação do capital internacional na privatização (PIERBATTISTI, 2008, p. 28-29).

Desta maneira inicia-se o processo de privatização na Argentina. No caso da ENTEL¹, Maria Julia Alsogaray foi nomeada interventora e buscou de todas as maneiras preparar a privatização da empresa utilizando os seguintes mecanismos: precarização dos serviços; diminuição do quadro de funcionários; estabelecimento de um novo Convênio Coletivo de Trabalho (CCT), que aumentou em 5 horas a jornada de trabalho mensal; e, por fim, repressão aos trabalhadores e sindicatos que buscassem resistir às mudanças que abriam caminho para a privatização já aprovada pelo governo (PIERBATTISTI, 2008). Esta política da interventora produziu um grande conflito com os trabalhadores, o que será analisado a seguir.

O governo, depois de derrotar os trabalhadores telefônicos utilizando-se de diversos mecanismos entre eles a restrição ao direito de greve nos serviços públicos, consolida a privatização da ENTEL, por meio de dois decretos que a dividiam e a vendiam em 4 partes. Cada empresa teve 40% das ações vendidas para o grupo ganhador da concessão, 30% foi oferecido na bolsa de valores, 10% fornecido aos trabalhadores, por meio

¹ A ENTEL foi fundada na década de 1950 com base nas empresas do setor nacionalizadas nos governos de Perón.

do PPP, e o restante ficou nas mãos do governo para venda posterior no mercado de ações (PIERBASTITTI, 2008).

Saíram vencedoras da licitação da telefonia fixa, o grupo econômico *Telefónica de Argentina*², que passou a ser responsável pelos serviços da região sul e o grupo *Telecom Argentina* que passou a prestar também esse tipo de serviço para a região norte. Como explica Senén Gonzalez (p.204): “*os consórcios ganhadores ficaram constituídos por uma operadora estrangeira, um grupo econômico de capital nacional e um banco credor da dívida externa argentina*”.

Paralelamente a essas medidas, era necessário, seguindo a receita “neoliberal”, buscar retirar os direitos trabalhistas. Então, no final de 1991, foi aprovada a Lei Nacional do Emprego, que permitia contratos temporários de trabalho, nos quais os empregadores eram beneficiados pela isenção ou diminuição de uma série de encargos trabalhistas.

Além disso, foi aprovado em 1993 o chamado “sistema de *pasantías*”, que permite, assim como os estágios brasileiros, o trabalho de estudantes (*pasantes*) em condições precárias; com um contrato sem praticamente nenhum tipo de encargo trabalhista; e com salários muito menores que o conjunto da categoria; e fora do CCT (BATTISTINI, p.177-178).

Diante da mobilização dos trabalhadores contra essas medidas de precarização do trabalho, o governo Menem, em 1998, já no fim do seu mandato, aprova uma nova transformação nos contratos de trabalho. Ao mesmo tempo em que são revogados os contratos que foram estabelecidos pela Lei Nacional do Emprego, são reduzidas as indenizações por demissão e facilitadas as demissões com justificativa econômica (GALVAO, A; ZARPELON, p. 8).

Telefónica de Argentina e a reestruturação produtiva

Com a efetivação da privatização da ENTEL, *Telefónica* e *Telecom* iniciaram um profundo e acelerado processo de transformação nas condições e relações de trabalho, buscando transformar o padrão de produção e estabelecer novas formas de gerenciamento convenientes ao capital, construindo e selecionando um novo tipo de trabalhador, “*dócil, polivalente e versátil*”, oposto àquele estabelecido durante o período estatal e perfeito para os interesses empresariais.

O primeiro passo para isso foi a diminuição do quadro de empregados, isso se deu por meio dos programas de demissão “voluntária” e “aposentadorias antecipadas”. Por meio de um incentivo financeiro estatal

² O grupo *Telefónica de Argentina* estava composto principalmente por: *Telefónica de España*, Citibank, Techint, e Perez Companc, estes dois últimos são grupos de capital interno.

as empresas conseguiram se desfazer de grande parte dos trabalhadores pagando indenizações que eram significativamente maiores que as estabelecidas pela lei, buscando assim minimizar os impactos políticos da perda massiva de empregos (PIERBATTISTI, 2008: 135).

Em um primeiro momento este incentivo financeiro à demissão atraiu parte dos trabalhadores, no entanto, com o aumento das taxas de desemprego na segunda metade da década de 1990, os trabalhadores começaram a resistir às demissões e assim as empresas estabeleceram um novo tipo de programa, denominado, pelas próprias empresas, de “Demissão Voluntária Induzida”.

Inicia-se, então, por parte da *Telefónica de Argentina* e outras empresas do setor um cruel processo de pressão e tortura psicológica sobre os trabalhadores da ex-ENTEL. Buscou-se pressioná-los para que aderissem aos programas de demissão, de diferentes formas: convocação permanente para a demissão “voluntária”; transferências obrigatórias; deixá-los sem atividade em casa ou no local de trabalho; localizá-los em trabalhos completamente diferentes dos que estavam acostumados; etc.

Estas constantes pressões trouxeram uma série de conseqüências para a saúde dos trabalhadores, aparecendo, entre os trabalhadores ex-ENTEL, casos de hipertensão, alcoolismo e até mesmo suicídio.

O balanço geral da política de demissões é que se em 1990 a ENTEL possuía cerca de 40 mil trabalhadores, atualmente, *Telefónica* possui por volta de 10 mil e *Telecom* cerca de 14 mil. Portanto, são somente 24 mil trabalhadores nas duas principais empresas do setor.

Acompanhando esta política de demissão, as empresas do setor iniciaram o processo de substituição da força de trabalho. Para isso, se utilizaram dos novos tipos de contrato de trabalho aprovados pelo governo, principalmente aqueles destinados aos jovens menores de 24 anos e os contratos de *pasantía*. Desta maneira as empresas podiam contratar jovens trabalhadores sem tradição sindical; com facilidade para o uso das novas tecnologias; sem encargos trabalhistas; e, no caso dos *pasantes*, fora do CCT.

Outro elemento importante desse processo de substituição de mão de obra foi a ampliação da terceirização e subcontratação no setor. Por meio desse mecanismo as empresas reduzem seus custos na compra da força de trabalho, pois passam para outras empresas os encargos trabalhistas dos contratos de trabalho (MARCELINO, 2008).

Também são importantes as mudanças presentes no novo CCT: aumento da jornada de trabalho em 5 horas semanais; redução da quantidade de licenças por questões familiares ou de estudo; fim da participação do sindicato na formação e contratação de funcionários;

redução do número de delegados sindicais (PIERBATTISTI, 2008: 40); (XIMENEZ, p. 5).

Outro fator importantíssimo desse processo foi o incrível aumento da produtividade do trabalho, se em 1990 o número de linhas telefônicas por trabalhador era de 77, em 2006 esta cifra passa ao incrível número de 378 linhas por trabalhador (ARUGUETE; DUARTE, 2006: 324).

O sindicato FOETRA Buenos Aires

Como explica Palomino (2000: 122): “O modelo de inserção laboral que acompanhou o desenvolvimento do sindicalismo na Argentina foi o de um emprego assalariado estável, articulado com serviços de saúde, previdência, indenização por demissão e outros”. A nova situação que os sindicatos passaram a enfrentar a partir da década de 1980 é a de destruição desse modelo para grande parte da classe trabalhadora.

Durante a presidência de Perón, o controle sobre a CGT (*Confederación General del Trabajo*), histórica central sindical argentina, e o estabelecimento de uma estrutura sindical corporativa delimitaram algumas características do sindicalismo argentino presentes atualmente.

Dessas características, as principais e ainda atuais são: o monopólio de representação sindical, que é concedido pelo Ministério do Trabalho por meio da chamada *personaria gremial* e jurídica; a atuação das comissões internas e dos delegados sindicais; a predominância das negociações coletivas com organizações sindicais de cúpula (Federações, Uniões, Confederações e centrais sindicais) em detrimento dos sindicatos de base; e, por fim, o controle sindical das *Obras Sociales*³.

O setor dirigente da CGT, na década de 1990, aplicou uma política de conciliação e negociação com o governo de Menem. Aceitando e legitimando as políticas deste governo, seu objetivo era manter através desse apoio as bases da estrutura sindical argentina, explicadas acima; e também iniciar, se beneficiando com as privatizações e a reforma da previdência, a intervenção sindical no terreno empresarial (PALOMINO, 2005: 406).

Já no início da década de 1990, diante desta postura descrita acima, um setor sindical deixa a CGT e em 1997 funda a *Central de los Trabajadores Argentinos* (CTA), central que reivindica um sindicalismo, como mostra Palomino (2005: 410), “autônomo, independente do Estado, dos partidos políticos e das empresas”. Formada por um setor do sindicalismo peronista oposto às

³ *Obras Sociales* são órgãos administrados pelos sindicatos que fornecem assistência médica para os trabalhadores, sindicalizados ou não, de determinada categoria e são sustentados por contribuições dos trabalhadores e empregadores.

políticas neoliberais e por um setor dos partidos de esquerda, a CTA agrupa, principalmente, importantes sindicatos de servidores públicos.

Outro setor que na década de 1990 deixou a CGT, mas continuou, articulando com a central algumas atividades sindicais com a perspectiva de uma nova unificação, foi o chamado *Movimiento de los Trabajadores Argentinos* (MTA).

O MTA era composto principalmente por sindicatos de trabalhadores de serviços de transporte, entre eles: o sindicato de caminhoneiros, dirigido por Hugo Moyano. Com o fim do governo de Menem, o MTA em junção com um setor do sindicalismo que nesse momento passava a se opor ao grupo dirigente da CGT, formam a CGT “dissidente”. Passando, portanto, a haver duas CGT: a “dissidente” e a “oficial”.

Com o fim da instabilidade política iniciada com as mobilizações populares de 19 e 20 de dezembro de 2001 e a eleição do governo de Nestor Kirchner (2003-2007), o sindicalismo passa por uma nova reacomodação, formando o seu quadro atual. As duas CGT's, em 2004, voltaram a formar uma única central (CGT) que possui como sua principal direção política o grupo que formou o MTA, liderado por Hugo Moyano.

Quanto ao sindicalismo do setor de telecomunicações, ele é composto historicamente por organizações sindicais que representam setores hierárquicos diferentes. O Sindicato FOETRA Buenos Aires⁴ representa os trabalhadores de base das empresas de telecomunicações de Buenos Aires capital e província.

Como federação nacional, FOETRA foi fundada em 1928, porém, somente na década de 1980, os trabalhadores de telecomunicações de Buenos Aires, capital e província, se unificaram em torno de um único sindicato: FOETRA Bs. As., formando assim a mais forte e numerosa entidade de base da categoria.

Em 1984, após o retorno da democracia e o fim das intervenções nos sindicatos na Argentina, reassume a liderança do sindicato e da Federação do setor um grupo liderado por Julio Guillán. No início este grupo aplica uma política de resistência ao neoliberalismo, mas depois se associa ao setor sindical que apoiou as mudanças neoliberais. A política aplicada por esse setor sindical no sindicato de Buenos Aires e na Federação, sem dúvida, foi um apoio para aplicação da privatização e das mudanças no trabalho decorrentes desta (ARUGUETE; DUARTE, 2005: 3).

⁴ Neste trabalho quando nos referimos ao FOETRA Buenos Aires, não fazemos referencia a federação, mas sim ao sindicato de base de Buenos Aires, capital e província.

Entretanto, em 1990, em meio à intervenção estatal na ENTEL, a chapa *Celeste y Blanca* que tinha como principal bandeira: “*em defesa de uma ENTEL, estatal, monopólica e eficiente*” ganha as eleições do sindicato, colocando assim em questão todas as propostas do governo. A nova direção do sindicato passa a se opor fortemente ao governo, à federação e à direção da empresa, todos estes ligados no apoio e na preparação da privatização.

Assim que assume o sindicato a nova diretoria inicia negociações com a interventora de ENTEL, acordando um aumento salarial de 35%, porém este aumento não foi homologado pelo Ministério da Economia, levando a uma série de mobilizações, paralisações e greves no primeiro semestre de 1990.

Após 4 meses do início do conflito e a não homologação do aumento, o sindicato portenho e seus representados, então, entram em greve, sem nenhum apoio da Federação e com o recrudescimento da disposição do governo e da direção da empresa de terminar o conflito e vencer a resistência dos trabalhadores.

O conflito passa a ter um grande significado político. Para o Sindicato era necessário mostrar que era possível resistir à privatização; para o governo era imprescindível demonstrar ao conjunto dos trabalhadores que o processo que se iniciava na ENTEL era inevitável, e atingiria todas as empresas estatais, por isso, para o governo era inaceitável uma derrota do projeto privatista que estava por se iniciar.

Após um dia de paralisação, dia 29 de agosto de 1990, o governo declara a greve ilegal e a direção de ENTEL inicia a demissão de trabalhadores envolvidos na mobilização. Com a continuação da mobilização e o aumento da sua força após o anúncio das demissões, o Ministério do Trabalho suspendeu a *personaria jurídica* do sindicato e reteve a contribuição sindical dos trabalhadores (ARUGUETE; DUARTE, 2005: 7).

As mobilizações continuaram e as demissões aumentaram. Boa parte dos serviços de telefonia de Buenos Aires ficou fora de funcionamento. Neste contexto o governo interveio por meio das Forças Armadas para tentar garantir o funcionamento dos serviços telefônicos; membros do Exército, então, passaram a substituir os trabalhadores na operação das linhas telefônicas (CUPEIRO, p.8).

Com o aumento das demissões, chegando ao número de 430 demitidos, todos importantes para a organização dos trabalhadores durante o conflito; e com a falta do apoio necessário de outros setores sindicais, da própria federação e de outros setores da sociedade; a sustentação da medida dos trabalhadores se tornou difícil. Assim, após a suspensão da greve por 72

horas, no dia 14 de setembro, a Assembléia dos telefônicos declara o fim da greve (CUPEIRO, p.8).

A derrota dos trabalhadores neste conflito abriu o caminho para a efetivação da privatização. No auge da aplicação do projeto de privatização da ENTEL, os trabalhadores se viram sem a sua organização sindical, restringida pela justiça, e sem o direito de exercer o seu principal instrumento de pressão: a greve. Parte dos trabalhadores sentiu fortemente esta derrota e aceitaram a idéia da privatização como um fato inevitável.

Agravando a situação, em 1993, volta à direção do sindicato o grupo dirigido por Julio Guillán. A nova direção do sindicato passou a incentivar as demissões “voluntárias” e também a negociar e conciliar com a empresa a perda de benefícios presentes no período estatal, e não resistiu ao aumento da terceirização e da subcontratação.

Inicia-se, então, uma nova situação em que muitos dos trabalhadores terceirizados ou subcontratados passam a ser representados por outros sindicatos. No caso dos trabalhadores de *telemarketing*, o sindicato dos trabalhadores do comércio (SEC) passa a ser seu representante legal, e no caso trabalhadores de reparação e instalação das linhas telefônicas, o sindicato da construção (UOCRA). Sindicatos que possuem convênios coletivos muito mais desfavoráveis aos trabalhadores.

Entretanto, em 1997, ocorre uma nova mudança na direção do sindicato. O setor sindical que participou da resistência à privatização volta a dirigir o FOETRA Bs. As. Esta nova diretoria, que é a atual direção do sindicato, é composta por: um setor ligado a Moyano na CGT; um setor ligado a CTA; e também um setor ligado ao *Partido Obrero*, de tendência trotskista.

Com essa mudança diretiva reinicia-se um período de conflito com a política das empresas de telecomunicações. FOETRA Bs. As., então, pôde organizar algumas mobilizações que buscavam reverter a nova situação do trabalho no setor de telecomunicações. Um dos casos emblemáticos ocorreu em 2001, quando se inicia uma mobilização de trabalhadores da *Telefónica* pela contratação dos *pasantes* como trabalhadores abrangidos pelo CCT. Essa mobilização recebeu o apoio do sindicato e de seus delegados sindicais. Por meio de fortes paralisações e ocupações de escritórios, FOETRA Bs. As. e os *pasantes* conseguiram a efetivação de 50% dos trabalhadores que estavam contratados pelo sistema de *pasantía*.

Por fim, a nova diretoria buscou rearticular nacionalmente o sindicalismo do setor. Desde o conflito em 1990, FOETRA Bs. As. havia deixado de fazer parte da Federação (que se passou a chamar FOESITRA) que apoiou e negociou as privatizações. Assim, em 2005,

FOETRA, em conjunto com o Sindicato de trabalhadores telefônicos de Rosário (SITRATEL) e outros sindicatos de base do interior do país, formou uma nova federação: FATEL.

Conclusão

Podemos como conclusão parcial afirmar que a privatização da ENTEL e a reestruturação produtiva trouxeram a precarização do trabalho no setor, já que: aumentou a terceirização e a subcontratação no setor; diminuíram os benefícios da categoria; ampliou-se o uso de contratos precários de trabalho.

Esta nova situação produziu um novo quadro que deve ser enfrentado pelos sindicatos, caracterizado por: divisão da categoria com a presença de novas organizações sindicais (construção e comércio); renovação dos trabalhadores substituindo cerca de 80% dos trabalhadores ex-ENTEL; estabelecimento de um novo tipo de trabalhador mais jovem, sem tradição sindical, e sem experiência laboral; aumento do número de trabalhadores fora do CCT (*pasantes*, subcontrados e terceirizados); intensificação das pressões contra o sindicato e sua atuação; diminuição dos números de delegados sindicais; fim da participação sindical na formação e contratação dos funcionários; e, por fim, ameaça permanente de terceirização ou transferência para o interior dos trabalhadores que se organizam e lutam por melhores condições de trabalho.

Bibliografía

ARUGUETE, Natalia; DUARTE, Marisa. Las estrategias sindicales de los trabajadores telefónicos: las distintas lógicas de la acción colectiva. In: **VII Congreso Nacional de Estudios del Trabajo**, ASET, Buenos Aires, 2005.

ARUGUETE, Natalia; DUARTE, Marisa. Las innovaciones en las telecomunicaciones y las nuevas identidades laborales. In: **Em Questão**, Porto Alegre, v.12, n.2, p.321-337, jun/dez, 2006

BATTISTINI, Osvaldo Rubem. **La negociación colectiva y la estructura sindical argentina (1988-1998)**. Buenos Aires: Universidad de Buenos Aires, Centro de Estudios Avanzados, Maestría en Ciencias Sociales del Trabajo, 2000.

BORON, Atilio; THWAITES REY, Mabel. La expropiación neoliberal: el experimento privatista en la Argentina. In: PETRAS, James;

- VELTMEYER, Henry (orgs). **Las privatizaciones y la desnacionalización de América Latina**. Buenos Aires: Prometeo, 2004.
- CUPEIRO, J. B. **Una aproximación al problema de la constitución de fuerzas sociales desde la perspectiva de los trabajadores telefónicos porteños durante agosto/septiembre de 1990**. Cátedra: Teoría del conflicto social, noviembre, 2000.
- GALVÃO, A; ZARPELON, Sandra. **A flexibilização trabalhista na Argentina**. Relatório de pesquisa. Cesit/Unicamp, 2006.
- MARCELINO, Paula R. P. **Terceirização e ação sindical: a singularidade da reestruturação do capital no Brasil**. Campinas: IFCH, Tese de doutorado, 2008.
- PALOMINO, Héctor. Los sindicatos en la Argentina contemporánea. In: **Revista Nueva Sociedad**, 169, septiembre – octubre, 2000.
- PALOMINO, Héctor. Los cambios en el mundo del trabajo y los dilemas sindicales. In: SURIANO, Juan. **Nueva Historia Argentina**, Tomo X, Dictadura y democracia (1976 - 2001). Buenos Aires: Editorial Sudamericana, 2005.
- PIERBATTISTI, D. **La privatización de los cuerpos**. La construcción de la proactividad neoliberal en el ámbito de las telecomunicaciones, 1991-2001. Buenos Aires: Prometeo Libros, 2008.
- SENEN GONZALEZ, Cecilia. Privatización, relaciones laborales y respuesta sindical en el sector de telecomunicaciones: el caso de Argentina. In: CASTRO, Maria Silvia Portella de; WACHENDORFER, Achin (orgs.). **Sindicalismo y Globalización: la dolorosa inserción en un mundo incierto**. Caracas: Editorial Nueva Sociedad, 1998.
- XIMENEZ SAEZ, D. Privatización y reconversión: los trabajadores en la mira. In: MARTINEZ, O. A. **Pensando la reconversión: una visión crítica de la flexibilidad y de la calidad total**.